

A REVOLUÇÃO FRANCESA DE 1848: O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E AS CARTAS DE PARIS DE SEBASTIÃO RIBEIRO DE ALMEIDA

THE FRENCH REVOLUTION OF 1848: THE DEVELOPMENT OF CAPITALISM AND THE LETTERS FROM PARIS OF SEBASTIAN RIBEIRO DE ALMEIDA

Cesar Beras¹

RESUMO

O presente artigo busca sobrepor, a título de construção do conhecimento crítico, três narrativas sobre os acontecimentos de fevereiro de 1848 em Paris: uma histórica e geral, que situa a processualidade da Revolução Francesa iniciada em 1789; outra marxiana com base no “Manifesto Comunista”, nos artigos da “Luta de Classes da França” e no “18 de Brumário de Luiz Bonaparte”; e a narrativa, expressa em três cartas inéditas do alegretense Sebastião Ribeiro de Almeida, que estava em Paris e foi testemunha ocular da queda da monarquia francesa, que se espalhou por toda a Europa. O objetivo central é, tendo como centro a narrativa de Almeida, perceber o contexto sócio histórico da revolução, seus desdobramentos e, principalmente, seu significado para o nascente capitalismo moderno, que está, neste momento, em vias de consolidação.

Palavras-chaves: Revolução Francesa. Monarquia. Capitalismo Moderno.

ABSTRACT

The present article seeks to superimpose, as a construction of critical knowledge, three narratives on the events of February 1848 in Paris: one historical and general, that situates the processuality of the French Revolution begun in 1789; another Marxian based on the “Communist Manifest”, on the articles of the “Class Struggle of France” and the “18 Brumary of Luiz Bonaparte”; and the narrative, expressed in three inedit letters of alegretense Sebastião Ribeiro de Almeida, who was in Paris and was an eyewitness to the fall of the French monarchy, which spread throughout Europe. The central objective of Almeida’s narrative is to understand the socio-historical context of the revolution, its consequences and, above all, its meaning for the modern capitalism nascent, which is now being consolidated.

Keywords: French Revolution. Monarchy. Modern Capitalism.

INTRODUÇÃO

Em 2018 vivenciamos uma tripla e *sui generis* experiência: os 170

¹ Doutor em sociologia pela UFRGS. Pós Doutor em Ciência Política. Professor adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

anos dos acontecimentos efervescentes, por muitos denominados, como as Revoluções de Fevereiro da França; um novo e derradeiro momento da Revolução de 1789, onde a Monarquia como forma de governo está neste momento sendo completamente desmontada em quase todo continente europeu; os 200 anos de nascimento de Karl Marx que contribuiu significativamente para a compreensão deste período a partir do Manifesto Comunista, dos artigos intitulados a Luta de Classe na França e do seu 18 de Brumário, onde foca o nascimento e fortalecimento da classe burguesa; e os 140 anos da morte de Sebastião Ribeiro de Almeida, um diplomata gaúcho, de Alegrete, que estava, neste momento, no centro dos acontecimentos em Paris, sendo testemunha ocular dos fatos de Fevereiro, expressos em três cartas inéditas publicadas, no Rio de Janeiro e analisadas pela primeira vez neste artigo, buscando aproveitar e compreender a visão *"in loco"* de um monarquista constitucionalista brasileiro.

O objetivo central deste artigo é, a partir da narrativa de Almeida, perceber o contexto sócio histórico da revolução, seus desdobramentos e, principalmente, seu significado para o nascente capitalismo moderno que está, neste momento, em vias de consolidação. São três tensões gerais que perpassam tal período: a substituição das monarquias por repúblicas; a transição de uma economia comercial para uma de base cada vez mais industrial e, dentro disto, a tensão entre burgueses e proletários. Assim, buscar-se-á articular o desenvolvimento de fatos históricos, seus efeitos e o relato vivo da experiência como forma de construção de conhecimento sobre a dinâmica histórica específica e seus efeitos no desenvolvimento histórico como um todo.

Vamos, portanto, proceder três reflexões introdutórias que só foram possíveis pela atitude do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que, através de sua equipe técnica, compilou e disponibilizou publicamente o material inédito das cartas de Sebastião Ribeiro de Almeida. Este fato exemplifica a necessidade e compromisso desta instituição para a produção do conhecimento crítico, plural e preocupado com a promoção do acesso à história, seus efeitos e seu desenvolvimento.

Primeiro, refletiremos sobre a contextualização da emergência e desenvolvimento da Revolução de 1848 com base em Hobsbawm, em a Era das Revoluções (2009), buscando elementos explicativos que permitam compreender o contexto no qual Sebastião Ribeiro de Almeida estava inserido.

Em segundo, vamos trazer alguns elementos que explicam as tensões gerais que expressam a fase final da transição do feudalismo para o capitalismo com base nas análises de Karl Marx, procurando compreender

o impacto da revolução no desenvolvimento do capitalismo moderno.

E, em terceiro, e por último, apreciaremos as três cartas e seu detalhado relato dos acontecimentos do período analisado objetivando evidenciar os elementos em jogo na ótica crítica de Sebastião Ribeiro de Almeida.

1 Contextualização da emergência e desenvolvimento da Revolução Francesa de 1848

Os acontecimentos de 1848, longe de serem um fato isolado, podem ser compreendidos como uma confluência de movimentos que emergiram e se desenvolveram com o advento da Revolução Francesa de 1789 e foram se transformando e dinamizando até 1851 com o golpe de Estado de Luís Bonaparte. Partindo desta compreensão, podemos, de grosso modo, identificar três momentos estruturantes de tal processo: a) a conexão entre as formas de governo e manutenção da nascente sociedade burguesa; b) o fim da monarquia constitucional e a ascensão da república democrática; e c) a emergência da “Primavera dos Povos”.

Desse modo, em um primeiro momento, temos na perspectiva de Hobsbawm (2009), uma ampla articulação da classe média francesa que buscou duplamente a estabilidade política e as condições para o seu avanço econômico que foi, internamente, como veremos, diferenciando-se entre burguesia e proletariado. Portanto, não obstante uma alternância de poder, no caso de suas formas, temos um centro bem definido: a manutenção da sociedade burguesa na perspectiva do controle de seus elementos democráticos radicais (jacobinos) e da reação do velho regime (controle das formas monárquicas).

Há um modelo característico desse conjunto de acontecimentos, o da emergência da revolução de massa, realizada por amplos setores da população e menos refém da vontade de organizações secretas jacobinas. Dialogavam com as rápidas transformações que ocorriam nas instituições, cidades e na economia que configuravam crises sociais, cujas respostas passavam por este tipo de movimentação desde as barricadas, símbolo das revoluções até 1848 e que, de início, concentravam burgueses e proletários, porém com graus de hegemonia e de aspirações diferentes, reunidos em uma grande classe média.

Assim, o componente hegemônico, a partir de 1789, com aspiração totalmente burguesa era o liberal, que buscava garantias a contar do constitucionalismo mesmo levado adiante por um monarca: “com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários” (HOBBSAWM, 2009:66). Portanto, após 1830, culminado em

1848, teremos o elemento da Revolução Social em seus termos mais radicais e, logo, antiburgueses.

O centro sócio histórico desta tensão estava instalado a partir das consequências efetivas da 1ª República Jacobina levando a uma cada vez maior separação entre a burguesia e o proletariado ou ainda, inicialmente entre pequenas mudanças que garantissem o sucesso financeiro de uma classe *versus* as mudanças radicais no funcionamento da própria sociedade. A diferença de objetivos produziu articulações: ora burguesia e jacobinismo, ora burguesia e aristocracia, ora burguesia e proletariado e culminou no esfacelamento da aristocracia e rompimento com o proletariado, ficando a burguesia com a principal classe econômica, tal como nos dias de hoje. É um longo processo revolucionário, na qual identidades foram sempre se formando, como vimos, embasadas nas mobilizações de massa e a partir da afirmação de determinados ideais de vida dentro da nova sociedade que estava sendo configurada segundo uma realidade simples: a ameaça da fome, que gerava como alternativa a burguesia e os *sans-culottes* que abarcavam os pequenos setores da sociedade cada vez em maior número.

Hobsbawm (2009) compreende o espírito deste movimento anterior ao proletariado moderno como uma combinação da pequena propriedade privada com a hostilidade aos ricos e que foram a base da experiência Jacobina de 1793/4 desde a afirmação dos princípios de recrutamento geral para as guerras revolucionárias, do terrorismo contras os “traidores e do controle geral dos preços” (HOBSBAWM, 2009, p. 76). Assim sendo, é formada uma nova constituição que demonstra as possibilidades expressas pelo radicalismo da revolução social com os direitos do sufrágio universal, da insurreição, trabalho ou subsistência e “(...) o mais significativo — a declaração oficial de que a felicidade de todos era o objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente acessíveis, mas também operantes” (HOBSBAWM, 2009, p. 77).

A tensão central se configura, então, primeiramente, entre monarquia *versus* república que acontece de forma oscilante, de 1789 a 1814, com os períodos de Luiz XVIII (1814-1824) e Carlos X, o Conde de Artois (1824-1830), em forma de Monarquia Constitucional, tendo como precedente a experiência rápida da 1ª República Jacobina (1793-1794) e o período derradeiro de ascensão de Luís Filipe a partir de um protesto popular com mais de quatro mil barricadas (HOBSBAWM, 1982), que perdura por 18 anos.

Os principais erros podem ser sintetizados na proibição dos banquetes populares em 22 de fevereiro, que organizavam uma petição de apoio a um regime republicano com a já adesão de cinco milhões de assinaturas. Foram de forma relâmpago compostas 1521 barricadas (HOBS-

BAWM, 1982 e 2009). Conforme Menezes (2011): “A proibição do festim de protesto, previsto para ocorrer em 22 de fevereiro, é a gota d’água que faz transbordar o oceano de descontentamento popular. Imediatamente, barricadas são erguidas nas ruas da capital e a luta contra a Monarquia de 1830 toma conta do cenário urbano” (MENEZES, 2011, p. 141).

Chega-se, portanto, ao segundo momento estruturante do processo revolucionário francês: o fim da Monarquia Constitucional e a ascensão da república democrática. No dia posterior a construção das barricadas, já se tinham 500 mortos que marcaram a queda da monarquia e a emergência da 2ª República, agora não mais Jacobina, mas já nitidamente burguesa e que no início do seu governo provisório, instituiu o sufrágio universal, a redução das jornadas diárias de trabalho de 12 para 10 horas e a criação das Oficinas Nacionais. Tocqueville que, também, estava em Paris ilustra a dramaticidade da situação: “Embora morasse bem próximo do palácio dos Negócios Estrangeiros, não ouvi a fuzilaria que tanta influência exerceu sobre os destinos, e adormeci sem saber que tinha visto o último dia da Monarquia de Julho” (TOCQUEVILLE, 2011, p. 73).

A tensão entre república e monarquia, agora momentaneamente resolvida, era substituída pela tensão entre burguesia e proletariado. Assim, não mais entre Antigo Regime e forças progressistas, mas entre a ordem, cada vez mais burguesa, e a revolução de caráter social, cada vez mais proletária. Esta tensão se caracteriza por dois momentos diferentes: a Revolução de Fevereiro que contou com aproximadamente 370 mortes e onde burguesia e proletariado estavam juntos e as jornadas de junho que contou 1500 mortos nas barricadas e 3000 pessoas trucidadas e outras 12000 aprisionadas e deportadas para a Argélia (HOBBSAWM, 1982, p. 33), todas da classe proletária, no momento, já sem o apoio da burguesia.

No meio das duas conflagrações, aconteceram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, vencida majoritariamente pelo Partido da Ordem, composto pelos setores burgueses que obteve 700 deputados contra outros 100 das forças de oposição (proletariado e aliados). Considerando tal composição que retirava por via institucional as possibilidades de uma revolução social tem-se, em 15 de maio, a invasão dos operários na Assembleia, que rechaçou e culminou nas jornadas de 21 de junho, após o fechamento das oficinas populares que afetou a 110 mil operários de forma imediata (HOBBSAWM, 1982, p. 33). Uma vez derrotada as jornadas em 12 de novembro, finalizando os acontecimentos de 1848, houve a promulgação da constituição e da República Presidencialista e legislativo unicameral, que elegeu Luís Bonaparte.

E assim, chegamos ao terceiro momento constitutivo do proces-

so francês, a emergência da “Primavera dos Povos”. Este é um momento de irradiação das lutas por repúblicas democráticas. Podemos recorrer a Marx, como ilustração, incidindo, neste caso, que o espectro se materializou, ou seja, virou movimento, deixou de ser uma sombra: “Um espectro paira sobre a Europa - o espectro do comunismo. Todas as forças do velho Continente se unem numa Santa Aliança para esconjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais franceses e os policiais alemães” (MARX, 2011, p. 03).

Temos, portanto, uma espécie de revolução global na Europa que, sob novas ideias, rechaçava a velha ordem monárquica após o Fevereiro Francês: Bavária e Berlim, Viena, Milão e Sicília, todas em março:

Mil novecentos e quarenta e oito, a famosa “primavera dos povos”, foi a primeira e última revolução europeia no sentido (quase) literal, a realização momentânea dos sonhos da esquerda, os pesadelos da direita, a derrubada virtualmente simultânea de velhos regimes da Europa continental a oeste dos impérios russo e turco, de Copenhague a Palermo, de Brasov a Barcelona. Foi esperada e prevista. Pareceu ser a consequência e o produto lógico da era das duas revoluções. (HOBBSAWM, 1982, p. 18).

Este conjunto de revoluções caracterizadas por serem dos setores pobres da sociedade e que contrariavam os interesses liberais de construção e expansão da riqueza pessoal, da busca do lucro sem peias, mesmo sendo derrotadas, serviram como modelo de uma possibilidade de reação social. Para Hobsbawm (1982), elas são uma resposta à crise socioeconômica que paira sobre a Europa neste momento; estagnação do comércio, fome, miséria elementos que nivelam as necessidades sociais e consequentemente as formas de resposta agregadas à luta contra o “Antigo Regime”.

2 A crítica marxiana e a atualização do capitalismo

Os acontecimentos de fevereiro de 1848 foram a expressão de um processo de transformações iniciados em 1789 e que culminaram, como identificado na sessão anterior, na consolidação do capitalismo e da classe burguesa, agora com uma identidade firmemente construída em oposição radical ao proletariado. Temos dois olhares de Marx e Engels sobre as revoluções de 1848: o do Manifesto Comunista que foi lançado semanas antes e apresentou a dinâmica do sistema emergente sintetizando todo um pensamento da época em que se percebeu a contundência da ação da classe operária, da pujança da classe burguesa, da eclosão de um novo sistema de

produção e da ruína do mundo feudal monárquico e o segundo olhar, após os acontecimentos, expressos, quer nos artigos que foram aglutinados por Engels, em 1850, na publicação “As Lutas de Classes na França”, quer no “18 de Brumário”, de 1852, quando Marx analisou criticamente as transformações estruturais do capitalismo e dialeticamente neste processo as transformações internas da burguesia no que tangeu a sua composição interna, a consolidação de sua identidade de classe e a sua condição de dominação exclusiva do Estado Moderno.

No manifesto temos desenhada a dinâmica burguesa do capitalismo que explica não somente seu funcionamento e seus objetivos e seus limites como sua durabilidade no passar dos séculos. De forma esquemática, podemos apresentar para efeitos da presente reflexão, três elementos dinâmicos gerais do capitalismo que foram potencializados a partir dos acontecimentos de 1848 e com base das transformações estruturais do novo sistema.

Inicialmente, a impulsão extraordinariamente rápida, ampla e forte do comércio que origina e maximiza a classe burguesa e oportuniza o esfacelamento da sociedade feudal. O elemento dinâmico deste processo é certamente a indústria revolucionada por novas tecnologias que permitem a ampliação da circulação de mercadorias e possibilitou a transformação interna, como veremos detalhadamente, da burguesia que foi cada vez enriquecendo mais e se especializando com apoio da afirmação de um mercado mundial e da maximização constante do lucro (MARX, 2011)².

Em segundo e de forma complementar ao processo de expansão comercial-industrial, temos a conexão induzida e permanente entre a burguesia e o controle do poder político e, posteriormente, do Estado Moderno como forma de alicerçar sua posição de classe e garantir as condições necessárias para constante liberalização do mercado, dos fluxos comerciais e aumento das possibilidades de lucro. Desta forma, foi se percebendo no desenvolvimento da história uma luta constante pelos espaços políticos que teve como centro a afirmação da burguesia e somente desta, configurando o Estado como um instrumento de apoio à atividade burguesa. (MARX, 2011).

O terceiro elemento que constitui esquematicamente com os anteriores, a dinâmica geral de funcionamento do capitalismo moderno, ficou por conta do papel revolucionário da burguesia que transformou sistematicamente a sociedade, destruindo o feudalismo e colocando no lugar a im-

2 Manifesto Comunista, publicado originalmente por Marx e Engels em fevereiro de 1848 às vésperas da Revolução de 1848

peessoalidade do pagamento à vista, do cálculo egoísta, da centralidade do valor de troca e da liberdade do comércio que reduziu a condição humana ao *status* de mercadoria. A questão é que tal dinâmica de busca incessante, de luta via o mercado depende de mudanças permanentes nas bases de produção e da operacionalização do mercado, leva a constantes crises econômicas e diversas formas de precarização das condições de trabalho em nome do aumento do lucro (MARX, 2011).

Tais elementos que resgatamos do “Manifesto”, expressos na constante expansão do comércio e da indústria no controle do poder político e na exploração aberta da classe operária de forma permanente e sempre se inovando em relação a si mesmo, são redinamizados e ampliados em sua potência a partir de fevereiro de 1848. Dessa forma, Marx, em seus artigos “As lutas de classes na França”, vai perceber duas causas estruturais para a irrupção da Revolução de Fevereiro que caracterizam um processo de crise social e permitem a mobilização da indignação contra a monarquia reinante: os problemas na produção agrícola expressos na “doença da batata inglesa e as quebras das safras de 1845 e 1846” (MARX, 2012, p. 32) que opunha a fome na sociedade contra a opulência da aristocracia financeira, caracterizando uma situação de tensão aberta e direta. E em segundo, de forma complementar à crise geral do comércio e da indústria, na Inglaterra a crise culmina em 1847 com “a bancarrota dos grandes comerciantes de mercadorias colonialistas de Londres, seguida de imediato pela falência dos bancos provinciais e pelo fechamento das fábricas nos distritos industriais ingleses” (MARX, 2012, p. 32).

Portanto, completando e agravando a crise na produção agrícola o sistema comercial e industrial começa a falir levando a graves consequências para a sociedade como um todo que abrange tanto a burguesia como os setores proletários e as classes intermediárias: pequena burguesia, pequenos agricultores e etc., o que, por sua vez, vai canalizar a busca de soluções para a fome e a miséria generalizada na busca de um sistema republicano e, consequentemente, na crítica e luta radical contra a monarquia responsável direta pela situação de crise.

Neste processo, podemos perceber, segundo Marx, um conjunto de transformações internas da forma, papel e objetivos da classe burguesa que vão afetar o futuro do capitalismo e a situação e condição da classe operária: a luta interna pela hegemonia da classe burguesa; a consolidação da identidade burguesa e o domínio exclusivo do poder político.

A primeira se expressa no processo de luta interna da burguesia entre uma aristocracia financeira firmemente entranhada com a monarquia e uma burguesia comercial-industrial. A fração inicial da classe dominava

o cenário político: “Ela ocupou o trono, ditou as leis nas câmaras, distribuiu os cargos públicos desde o ministério até a agência do tabaco” (MARX, 2012). Entretanto, com o agravamento dos efeitos da crise, devastadores para a atividade burguesa não aristocrata, haverá um distanciamento e substituição da fração dominante por uma burguesia comercial-industrial, na época, falida e, agora, oposicionista, expressa concretamente na campanha pela reforma eleitoral com vias à instituição de uma República, os banquetes de Paris, e que foi violentamente repudiada por Luís Filipe e Guizot, culminando com sua destituição e na eleição de um governo provisório.

Nesta luta interna, tem-se, conforme Marx (2012), um fator *sui generis*, a burguesia francesa ainda não era plenamente industrializada e sequer mundializada, condição necessária do desenvolvimento industrial. Este fato caracteriza que a luta de classe entre burguesia e proletariado é, até então, não plenamente desenvolvida na França e, logo, parcial.

Assim, a primeira coisa que a fração vitoriosa fez foi ocupar o poder político e buscar, inclusive, protelar a República que, só vai surgir por pressão da classe operária, ainda embalada pelas batalhas nas barricadas e com objetivo de retomar as possibilidades de uma revolução social. Desse modo, a República que, como veremos, tornara-se eminentemente burguesa e, paradoxalmente, surge das esperanças proletárias de uma vida melhor:

Assim como a monarquia de julho fora obrigada a se anunciar como uma monarquia, rodeada de instituições republicanas, a república de fevereiro foi forçada a se anunciar como uma república, rodeada de instituições sociais. O proletariado parisiense impôs também essa concessão. (MARX, 2012, p. 34-35).

E, no bojo deste processo, já podemos perceber a segunda transformação, que vai ocorrer, portanto, na consolidação da identidade burguesa que parte de um discurso partilhado entre burgueses e proletários no clima de fevereiro, de dissimulação da luta de classes. Os segundos confundiram a burguesia como um todo com a fração derrotada da aristocracia financeira e culpavam a monarquia pela separação de classes. Volta o ideal de 1789, da universalidade da condição humana. Os primeiros, discursivamente e de forma cínica, negavam a separação de classes pelo advento da instituição da República que garantiria formalmente a igualdade social, desta maneira, evitando oposições e contradições: “Naquela hora, todos os monarquistas se transformaram em republicanos e todos os milionários de Paris em trabalhadores” (MARX, 2012, p. 37).

O centro discursivo e dissimulador das relações de classe, conforme

Marx, foi o da fraternidade tida como um compromisso sentimental entre os homens e que definia a divisão de classes como um mal-entendido. Portanto, vai se construindo um discurso de legitimação da ordem burguesa e de sua identidade, pretensamente universal, mas como demonstrado pelos acontecimentos históricos, após fevereiro, firmemente fundado nos interesses particulares de apropriação do lucro advindo da atividade comercial e industrial. A instituição da República naturalmente resolveria as contradições fundamentadas na constituição do governo provisório que possuía como veremos adiante, uma ampla composição (MARX, 2012).

E aqui aparece a terceira transformação, já prevista também lá no “Manifesto”, a do domínio exclusivo do poder político, ou seja, do controle direto do Estado Moderno, representado, neste instante, pela República. Isto vai se expressar no conjunto de medidas econômicas do governo provisório, sendo que dentre elas Marx (2012) atenta para duas em especial: o aumento de impostos e a política de dilapidação dos Ateliês Nacionais.

O aumento dos impostos recaiu, não obstante a propaganda contrária, sobre os camponeses e não sobre as classes ricas e proprietárias e isto gera como efeito principal a responsabilização da classe operária que vivia às custas dos impostos nos Ateliês e configurando a farsa ou a tragédia que representava a Revolução de 1848 que, inversamente a de 1789, ataca o campesinato: “Ao passo que a Revolução de 1789 começou livrando os agricultores das cargas tributárias feudais, a Revolução de 1848, para não pôr o capital em risco e manter em marcha a máquina do seu Estado, anunciou-se à população do campo com um novo imposto.” (MARX, 2012, p. 40).

A existência dos Ateliês, instituições estatais que ofertavam empregos subsidiados por recursos públicos, era uma dupla ameaça à burguesia, pois interferia em seus lucros e simbolicamente representavam uma resistência crítica ao capitalismo e, portanto, a reação contra estas instituições era raivosa, porque atacava mortalmente a existência de classe e a reprodução do sistema que depende da exploração da força de trabalho alheia:

Os Ateliês Nacionais, as declamações ostensivas do Luxemburgo, as marchas dos trabalhadores por Paris: nisso tudo eles identificavam a razão de sua miséria. E ninguém se fanatizava contra as supostas maquinações dos comunistas mais do que o pequeno burguês que pairava irremediavelmente sobre o abismo da bancarrota. (MARX, 2012, p. 43).

Neste clima, iniciou-se um processo de tensão permanente que foi, sistematicamente, distanciando as diferentes classes e isolando o proletariado. Previamente, de forma paradoxal, os setores populares acabaram

tendo que defender o governo burguês contra uma ala oposicionista da própria burguesia representada pela Guarda Nacional que luta para não perder antigos privilégios:

O dia 17 de março se desmanchou em uma cena melodramática e, embora o proletariado parisiense uma vez mais tenha dado nesse dia uma mostra de sua tremenda força, a burguesia dentro e fora do governo provisório se mostrou tanto mais decidida a quebrá-la. (MARX, 2012, p. 43-44).

Em abril de 1848, a tensão piora o embate aberto entre proletários e burgueses forjado, conforme Marx (2012), para possibilitar a volta do exército a Paris e, assim, o que seria a entrega de um documento com reivindicações foi um ato de força que se sintetizava, de acordo com Marx, na frase: “Abaixo os comunistas! Abaixo Louis Blanc, Blanqui, Raspail, Cabet!” (MARX, 2012, p. 44), que retumbou por toda Paris e o governo provisório foi reverenciado por um sem-número de comitativas, todas dispostas a salvar a pátria e a sociedade.

E, desse modo, a República vira, a partir do processo de Assembleia Nacional Constituinte, duplamente um espaço de consolidação da burguesia e de motivo, no caso de sua defesa, de luta aberta contra o proletariado. Por isso, a ideia de República projetada pelo proletariado em Fevereiro se transforma, morre e ressurge, não mais como um símbolo da igualdade universal, mas do domínio de uma classe sobre a outra:

A república proclamada pela Assembleia Nacional, a única república legítima, é a república que não consiste em uma arma revolucionária contra a ordem burguesa, antes representa a reconstituição política desta, a reconsolidação política da sociedade burguesa, em suma: é a república burguesa. (MARX, 2012, p. 45).

4 Os relatos e a opinião de Sebastião: a defesa crítica da monarquia³ e o desenrolar da revolução.

Em 18 de janeiro de 1849, o jornal “Diário do Rio de Janeiro” anunciava a morte de Sebastião Ribeiro de Almeida, que falecia jovem, mas deixava atrás de si uma ilustre carreira e um conjunto de três cartas que haviam

3 Situando que à defesa era relativa a Monarquia de caráter constitucionalista, presente de forma implícita no conjunto das cartas e com nítida referência a Bossuet.

sido publicadas entre março e abril do ano anterior, retratando a passagem deste alegretense por Paris, quando secretário da Legação Brasileira, por ocasião dos acontecimentos de Fevereiro de 1848.

O anúncio já dava o tom do que havia sido escrito: “O Sr. Dr. Sebastião Ribeiro viu a revolução em França e horrorizou-se; escreveu as impressões que sentira, comentou-as, e foram essas colunas brilhantes e cheias de vida que se lerão no *Diário*”⁴.

O horror ao processo vivenciando, relatado acima, está ligada diretamente à formação e trajetória monarquista do autor que vê ao vivo o desmantelamento de uma das maiores referências a este regime, a saber, o reinado de Luís Filipe. Nascido em 1814, no Alegrete, filho de Bento Manoel Ribeiro e Maria Mâncio da Conceição, realizou o curso de Direito em São Paulo, onde se formou em 1835, com 21 anos e logo passou a ser um dos principais aliados de José de Araújo Ribeiro de quem foi secretário, quando este era Presidente da Província do Rio Grande do Sul e depois da legação brasileira em Paris⁵.

O período como secretário da Província foi marcado pela parceria com Araújo Ribeiro, o qual admirava francamente pela ação junto a Revolução Farroupilha e, depois, pelo convite não concretizando pelas forças imperiais pelo, agora, presidente da província, Saturnino da Costa que oferece, entre outras questões, uma missão diplomática ao bacharel. A negociação envolvia um lugar para o pai de Sebastião que só aconteceu anos depois, mas que, mesmo assim, não inviabilizou, só adiou a ida do alegretense para Paris (VARGAS; FARINATTI, 2014, p. 128-134).

Este era um processo comum na época do Império, onde as redes de relações pessoais entre famílias tradicionais e com poder político regional como a de Bento Manoel, pai de Sebastião, e o Império reforçavam a monarquia e as elites regionais em jogo constante de concessões e apoios. A ida para Paris, conforme VARGAS e FARINATTI (2014) ampliava a rede, pois Sebastião recebia e tutelava jovens promissores de famílias da elite regional mais promissoras ainda e reforçava a economia dominante.

Tal processo de fortalecimento das redes de inter-relações pessoais está densamente analisado no trabalho de Vargas e Farinatti (2014) que enfatizam as correspondências de Sebastião Ribeiro de Almeida de 1847, quando este inicia suas atividades em Paris e estão disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e colaboram para apresentar o perfil e a

4 IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida*. Cartas de Paris de 1848, 2017.

5 Para maiores e mais aprofundadas referências consultar o material do IHGRGS de 2017 e denso artigo de Vargas e Farinatti (2014).

trajetória deste, assim como do ambiente e da lógica política do século XIX no Brasil.

Após esta ampla e breve caracterização do autor, vamos buscar compreender o sentido da análise expressa nas três cartas de Paris de 1848⁶ onde se busca resgatar a imagem de um brasileiro, gaúcho, de Alegrete, de orientação monarquista que teve a oportunidade, na história, de testemunhar a queda deste regime ao vivo e em cores. Portanto, sua correspondência adquire um valor não só histórico, mas, também, heurístico de construção do conhecimento, de poder-se perceber através da crítica o que estava acontecendo e seus impactos que, de certa forma, refletem-se até os dias até hoje.

Assim sendo, o ponto de vista de Sebastião, independente de sua opção ideológica, colabora para conhecermos e refletirmos cada vez mais sobre os processos históricos em desenvolvimento e que muito devem ao processo iniciado pela Revolução Francesa, de 1789 a 1848, como se buscou demonstrar nas sessões anteriores.

As cartas abarcam o período de 09 de março a 1º de abril de 1848 e narram acontecimentos dos primeiros 39 dias da Revolução de Fevereiro de 1848. De forma geral, ao analisar o conjunto das cartas poderemos perceber que o olhar de Sebastião é radicalmente crítico e conservador, focando um duplo problema: a) a queda da monarquia que fracassou perante si mesmo, perdendo seu sentido de defesa do interesse geral a partir de um monarca forte e b) uma crítica à República emergente, altamente danosa às instituições políticas e à defesa, também, do interesse geral. Dessa maneira, de um lado, temos a necessidade de consertar a monarquia e de outro, combater o caos e o terror que se apresentam em Paris após as barricadas do final de fevereiro de 1848.

4.1 A carta de 09 de março de 1848: uma crítica monárquica à monarquia

A primeira carta foi datada de 09 de março e publicada em 16 de maio pelo jornal “Diário do Rio de Janeiro”⁷ em forma de artigo, e abordou os acontecimentos imediatamente após a queda de Luís Filipe, diante da proibição dos banquetes, das convulsões e da instituição do governo provisório. Também abordou a postura do rei e de seus cúmplices que permitiram tal situação de insurgência. O tom, como veremos, é um misto de

6 Que buscam ser uma reflexão inédita de um material publicado pela primeira e última vez no jornal “Diário do Rio de Janeiro” em 1848.

7 IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida. Cartas de Paris de 1848*, 2017.

crítica e de indignação que, ao mesmo tempo em que defende a monarquia, critica Luís Filipe tachando como um erro o cancelamento do banquete. Criticou o pensamento único deste que acabou por se desvincular do princípio monárquico da defesa do interesse geral e atacou violentamente a prática da mentira, desonra, da submissão internacional e da afirmação do interesse pessoal do monarca e seus governados.

Para demonstrar estes elementos, mergulharemos no itinerário analítico de Ribeiro de Almeida que dividimos metodologicamente em quatro passos para demonstrar seu raciocínio e suas preocupações centrais. O primeiro passo, já no início da missiva, retrata o seu horror e indignação para com a queda da monarquia e se coloca como missão central buscar aprender com os acontecimentos para evitar sua continuidade e sequer repetição: “Me acanha o discurso e dói n’alma o haver de julgar severamente quem ainda ontem se assentava ufano e ditoso no primeiro trono da Europa e hoje mendiga, prófugo e proscrito, o pão amargo do desterro⁸.”

De forma curta e objetiva, Almeida deixou nítido que, a despeito de seus sentimentos, é necessária uma análise crítica e vai iniciá-la, na perspectiva interna de compreender como a própria monarquia permitiu a sua queda, de que forma ela se perverteu. E o primeiro ataque é ao ministério de Guizot que influenciava o monarca a proclamar o ódio e o desdém que leva, no seu exame, a constituição de amargura e rancor por parte dos deputados, pois viam no Império o vício da parcialidade a proibição dos banquetes neste cenário onde era apoiado pela maioria, mas não por todos e com intervenção armada optou pela luta em praça pública: “Menciono este precedente tão notório da queda da dinastia d’Orleans para mostrar como e até que ponto o governo se julgava poderoso, pois que, pela primeira vez, depois de 17 anos de reinado, ousou lançar a luva aos seus contrários e desafiá-los para a luta, sempre terrível, da praça pública⁹”.

Assim fragilizada a monarquia acabou usando a força na hora errada, o que colocou em xeque sua continuidade de forma rápida a datar da explosão das massas ofendidas e atacadas diretamente que reagiram e derrotaram o governo, conforme Almeida, centralmente, por sua confiança prepotente e parcialidade nas ações. A imagem do autor é nítida: “Um dia de rumor, vago como o das ondas do mar, medonho como o ciciar da tempestade, tremendo como a cólera dos povos, bastou para abalar tão altiva confiança, derrocar o trono e derrubar com ele o mais astucioso político da Europa¹⁰”.

8 *Idem.*

9 *Idem.*

10 *Idem.*

O segundo passo analítico de Almeida foi buscar compreender o erro ou conjunto de erros, categorizados como embuste e má fé e que foram castigados divinamente. Luís Filipe ouviu em excesso a Guizot e sob seus conselhos cometeu erros desnecessários e imperdoáveis para um monarca. O grande e, talvez, principal erro foi o do pensamento único fundado na afirmação de interesses pessoais: “Nunca um príncipe deu de si tão legítimos penhores, tão fundadas promessas, mas, em mal seu e da pátria, o pensamento único, exclusivo, de assegurar no trono a sua dinastia baldou tão raros dotes, iludiu tão formosas esperanças¹¹”.

Temos, portanto, um paradoxo no funcionamento da monarquia, e, isto graças à postura do monarca que ao invés de defender com imparcialidade o interesse do seu reino, sucumbe a seus interesses pessoais. Primeiramente, o rei tinha conseguido conter os excessos do liberalismo: “Ninguém como ele lutou contra tamanha violência de paixões, ninguém como ele venceu com mais galhardia e humanidade¹²”.

Entretanto, em um outro momento, já de estabilidade ao invés de se pautar pelas virtudes clássicas de um monarca: honestidade, justiça e imparcialidade, austeridade, responsabilidade geral e etc., ele assume a mencionada visão parcial empenhando “todo o seu afincamento em consolidar o reinado dos seus, voto primário e máximo objeto de seus esforços, de sua constância, de sua força, como também de suas fraquezas, de seus erros e de sua ruína¹³”.

No terceiro passo analítico, verificamos a preocupação do autor continuando a ilustrar os erros de Luís Filipe ao situar a postura do Monarca perante os outros Impérios: postura de subserviência, de não manutenção de sua palavra, que levavam a humilhação do orgulho francês, assim como o desacreditavam como um monarca sério e forte. Conforme Almeida, Luís Filipe não tinha este direito de trair e de mendigar apoio: “[...] como se quando se tem a honra de ser o chefe da primeira nação do mundo fosse permitido andar de rastos, mendigando de corte em corte sorrisos e alianças de família!¹⁴”.

Mas se externamente a situação era de enfraquecimento da monarquia, internamente era possivelmente pior, pois as ações do governo não só eram impopulares como feriam de morte o regime por se basearem na mentira e na perversão constante das instituições constitucionais “corrompendo-as com interpretações forçadas e adulterando-as pela falsidade

11 *Idem.*

12 *Idem.*

13 *Idem.*

14 *Idem.*

e impureza das eleições¹⁵”.

Conquanto o centro das ações de Luís Filipe tinha como centro de gravidade o rompimento com os ideais da monarquia constitucional e seus princípios de defesa dos interesses gerais, afirmando o egoísmo a partir da busca de acumulação de fortuna pessoal. Em tempos de transição do feudalismo para o capitalismo, capitulava o principal de seus monarcas na busca do lucro e na reprodução da busca de interesses pessoais, centro constitutivo do novo e emergente sistema capitalista.

No quarto passo analítico, por nós sintetizado, da narrativa de Sebastião Ribeiro de Almeida, na parte final da missiva, temos o foco nas consequências deste “*modus operandi*” do monarca e a crítica direta a tal postura de mentira e corrupção. O que estava sendo arruinado junto com a monarquia constitucional era a razão pública que, entretanto, não suportaria por muito tempo tal pressão e serviria como forma de crítica, negação e substituição do governo.

Aqui entra uma noção monárquica expressa por Almeida que faz referência ao livro do Evangelho sobre a natureza benigna dos seres humanos que acabaria por revoltar-se contra as práticas do monarca, ou seja, teríamos um paradoxo entre a monarquia e a atitude específica do próprio monarca: “O crime, a fraude, o erro são próprios da fragilidade humana, mas não são, não podem ser, o objeto nem o fim da criação do homem”. (IHGRGS. Sebastião Ribeiro de Almeida: Cartas de Paris de 1848, 2017).

Podemos, com base no quadro acima, sintetizar, nesta carta de 09 de março, a crítica monárquica contra a monarquia de Luís Filipe, analisadas nas linhas anteriores, fundamentados nos cinco princípios que deveriam reger ações do governo, mas que não aconteceram e inversamente foram totalmente desrespeitados: a) a generosidade com a nação, garantindo relações exteriores fortes e que projetassem a França no Cenário Mundial e lhe rendesse riquezas o que era substituído pela realização de um governo dos seus e não para o conjunto da nação; b) o refreamento do ardor, a saber, das paixões individuais do povo, baseados no egoísmo, que, contrariamente, o próprio monarca e seu estafe cometiam abertamente a partir da mentira, falsificação, corrupção e perversão das instituições; c) garantir a prosperidade e riqueza da nação, mas, que inversamente estava submetida a falta de trabalho e a miséria governadas por cúmplices do governo, sem lealdade nenhuma e não por servidores; d) externamente, manter a paz e o respeito dos vizinhos, entretanto, como vimos, traia, mentia e se humilhava às potências estrangeiras com uma postura de mendicância de apoio

15 *Idem*.

para seus interesses pessoais e) manter a glória nacional de uma das principais monarquias europeias e que por não respeitar nenhum dos princípios anteriores estava a ser enxovalhada, sendo abalada em seu amor próprio.

4.2 A carta de 14 de março de 1848: crítica monárquica ao governo provisório

A segunda carta de Sebastião de Almeida é datada de 14 de março de 1848, cinco dias após a primeira, e publicada em 17 de maio pelo jornal “Diário do Rio de Janeiro” do Rio de Janeiro, também em forma de artigo onde são analisadas três questões: a) a forma de existência da nova República Francesa; b) a análise das pessoas que compõe o governo provisório e seus respectivos partidos; e c) a análise dos primeiros atos do governo provisório.

O tom, de forma geral, segue altamente crítico e de ataque, em perspectiva monárquica, à emergente República Francesa, destacando principalmente a ambição de todos os indivíduos que serve como denominador comum para a configuração de um ambiente propício para a ascensão do oportunismo, isto é, um quadro de caos e desordem a partir das lutas de diferentes frentes políticas, de paixões inconciliáveis entre si; a identificação da fraqueza das medidas governamentais eram, em sua opinião, incompletas, violentas, irreais e conciliatórias e só reforçaram o clima de terror e o caos reinante e a identificação da fraqueza dos partidos que padeceram da ausência de disciplina, de chefes audaciosos, do vigor dos acontecimentos e a violência dos meios, ou seja, são ainda débeis para resolver a situação de instabilidade criada pela insurreição de fevereiro.

Vamos abordar no detalhe a reflexão de Ribeiro de Almeida, que organizamos em três passos analíticos, seguindo a sequência de narrativa da missiva. Assim, o primeiro passo diz respeito à composição do governo que, em linhas gerais, sem mandato e sem delegação, portanto, ilegítimo, misturava falta de experiência, de coragem e a busca da “ambição de todos”.

De forma geral, podemos perceber em Almeida não só um repúdio à ideia de uma República, mas uma desconfiança muito grande sobre a capacidade do governo provisório, a começar pela sua composição onde se verifica três constatações levantadas criticamente pelo autor:

- a) o fato de ser um governo, mesmo provisório, republicano, mas com elementos nitidamente não republicanos como se pode ver nos casos dos deputados Dupont, comprometido já com a monarquia constitucional onde ocupara cargos: “velho octogenário, foi ministro

da Justiça no reinado transacto, passa por modelo de probidade e nunca foi tido em conta de republicano, posto que sempre fosse liberal extremado”¹⁶; Lamartine, considerado uma espécie de oportunista a partir da alta rotatividade de posições: “Este cavaleiro foi legitimista por simpatia pelo infortúnio; Orleanista quando, pela desastrosa morte do duque d’Orleans, concorreu para fazer passar na câmara dos deputados a lei da regência como consolação à aflição de um pai e, enfim, e pouco depois, oposicionista avulso, mas nunca republicano”¹⁷; e Arago, um cientista não talhado, conforme o autor permite supor, para a política e republicano de ocasião: “Este, entretanto, bem como todos os demais que seguem, tiveram sempre nota de republicanos de dar e tomar *purs sangs* como aqui se diz”¹⁸

- b) Os governantes que teriam, em sua opinião, um bom caráter e certa competência: o deputado e advogado Marie, com boa reputação: “O primeiro, dotado de um caráter mofino e acre, goza fama de homem de bem”¹⁹; Marrast redator com talento comprovado “deu sempre provas de talento incisivo, de espírito lúcido e de caráter firme”²⁰, e Albert o único obreiro do governo e, na opinião de Almeida, com boa posição social, consciência e bem-intencionado “obreiro mecânico, adquiriu honradamente bens de fortuna, tem juízo são e boas intenções”²¹.
- c) Os elementos com problemas quer de concepção, quer de caráter e principais responsáveis pelo caos e pelo terror que ora estava se instalando e que eram maioria no governo, e aqui perceberemos a pujança monarquista da análise do autor: Garnier Pagè, um corretor, sem talento e preparo político, “escreveu alguns artigos de revista sobre assuntos financeiros que abonam a sua inteligência mas está longe, no próprio conceito de seus afeiçoados, de igualar, como talento, o voo altivo de seu irmão que já não existe”²²; Cremieux que por ser judeu, traz, conforme o autor, os problemas desta “raça”: “O segundo é judeu e ressentido-se nos seus modos como na sua alma dos defeitos dessa raça tanto tempo proscrita”²³; Ledru Rollin, da ala comunista, um advogado que seria o mais corrupto e demagogo do grupo: “O terceiro é o único dos onze, cuja reputação de improbidade

16 *Idem.*

17 *Idem.*

18 *Idem.*

19 *Idem.*

20 *Idem.*

21 *Idem.*

22 *Idem.*

23 *Idem.*

e descaramento não entra em dúvida, nem sofre controvérsia²⁴” junto com Flocon, que terias doenças não só físicas como morais, também da ala comunista: “O outro foi, toda a sua vida, enfermigo no físico e no moral, *bruillon*, enredador, alma de fel, cabeça de vento. Começou por ser taquígrafo em que foi eminente²⁵” e Luis Blanc, sobre a qual não pairam acusações de problema de caráter, mas sim de desabono à sua proposta de um novo sistema de organização social do trabalho inviável e desnecessária no mundo moderno: “e deu, com desusado arrojo, solução às graves questões do trabalho, que importam uma nova organização social, que ora lhe estão dando água pela barba e que hão de, ao que parece, desabonar, para sempre, as suas altivas pretensões de gênio criador²⁶”.

Chega-se ao segundo passo analítico de Almeida que vai investigar o conjunto de medidas iniciais do governo, das quais ele presenciou a implantação, e que classifica em quatro diferentes categorias: as conciliatórias e de apego à ordem social; as sem um valor real, as incompletas e as de parcialidade violenta.

As medidas conciliatórias, algo positivo para Almeida, foram por um pouco período e demonstravam certo apego à ordem social, inicialmente pela manutenção da bandeira tricolor em relação à bandeira vermelha da França, cores que representavam diferentes lados ideológicos do grupo que ora derrotava a monarquia, as cores burguesas e as cores comunistas que para Almeida simbolizava “a rejeição da bandeira encarnada, que, nas tradições da França, significa sangue, terror e luto²⁷”. Teve-se, também, a medida de abolição de pena de morte para crimes políticos, o que livrava diretamente os membros e simpatizantes do antigo regime.

As medidas sem valor real ficavam por conta da circular sobre missões diplomáticas produzidas por Lamartine que, de uma vez só, anula o tratado de Viena para a República Francesa, mas sem mexer nas demarcações territoriais e institui uma paz internacional, porém, sem trégua no âmbito da luta interna nacional que quando conveniente se fazia via propaganda revolucionária partidária. Uma medida, portanto, conforme Almeida, sem nenhuma solidez, pois tinha como sentido oculto um discurso de harmonia e uma prática de obtenção dos interesses da República independente do discurso: “Promete milagres de união e de concórdia, mas reserva

24 *Idem.*

25 *Idem.*

26 *Idem.*

27 *Idem.*

para a República o direito de espreitar a ocasião em que lhe convenha desmentidos²⁸.”

As medidas incompletas são as financeiras, produzidas por Garnier-Pagès, ministro das finanças que se expressam no decreto governamental para permitir a venda de diamantes e os domínios da coroa como forma de geração de recursos e o decreto de retribuição das somas depositadas nos bancos a partir de bilhetes (títulos) do tesouro e outro decreto que viabilizava, também, o empréstimo nacional voluntário. As críticas são diretas: o primeiro decreto estava fazendo desaparecer os capitais da França, quer dizer, havia uma espécie de dilapidação do patrimônio da nação. Quanto ao decreto do empréstimo voluntário, este não funcionou por conta do clima de instabilidade e o decreto sobre o não pagamento em moeda, mas em bilhetes, certamente, de todas as medidas, recebeu a mais dura crítica de Almeida que, embora reconheça a pertinência, não concorda com seu mérito: “(...) é uma violência e por ventura um roubo, mas que enfim o presente desfalque do tesouro e as urgentes precisões do estado justificam ou escusam²⁹”.

E, chegamos às medidas de Ledru-Rollin, consideradas pelo autor alegretense como de parcialidade violenta e materializada pela circular sobre as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte que vai conferir poderes ilimitados para os representantes da República, para a substituição de prefeitos em toda a França, o que, conforme Almeida, leva à total anarquia política, pois são desconsiderados os antigos arranjos governamentais: “Há mancebos colhidos ao acaso para irem proclamar a república nos departamentos e substituírem ali os prefeitos, dá essa circular poderes ilimitados que o ministro não tem, que não tem o governo provisório, que não pode ter governo algum³⁰(...)”.

Com a crítica de Sebastião Ribeiro de Almeida, a composição do governo provisório e de suas medidas político-administrativas entramos no terceiro e último passo analítico, onde o foco será uma verificação dos partidos e das relações de força em Paris e, a partir daí, quais as possibilidades emergentes para o futuro político da França. O autor de imediato reconhece uma dificuldade em abordar os partidos, embora vá fazê-lo, “tratar seriamente dos partidos que existem em França é coisa difícil porque os mais deles não têm consciência de si; buscarei, contudo, mencioná-los por descargo da minha consciência³¹”.

28 *Idem.*

29 *Idem.*

30 *Idem.*

31 *Idem.*

Assim, o primeiro partido que orbita em Paris é o Legitimista que se posiciona a favor da restauração da monarquia, mas padece de um conjunto de fragilidades: membros que buscam enriquecer via a tradição de seu sangue por força de um bom casamento, os saudosistas do antigo regime e os que se proclamam chefes de partido, mas sem organização sistemática e que pode ser sintetizada pela falta de capacidade de ação proativa para derrubar a República. Falta-lhes disciplina. Conforme Almeida, “estes todos folgarão que a república caia por seu próprio vício e seja substituída por Henrique 5º; mas nem um deles tenta miná-la, nem é capaz de aproveitar oportunamente da sua queda³²”.

Em seguida, Almeida apresenta a eminente força de uma possível volta de um monarca, o Conde de Paris, atual herdeiro da coroa, não necessariamente pelo parentesco com Luiz Filipe, mas pelo perfil da população francesa que caso a República fracasse, uma situação eminente para nosso autor, vai optar pela reconstituição da soberania popular expressa na monarquia representativa que garantiria os direitos individuais e a volta das condições necessárias para a formação da riqueza e ostentação anteriores à República: “Por onde não é de presumir que vão lançar mão de um rei que por isso que se fia na legitimidade do seu nascimento, desconhece a mescla da soberania popular e, ou desmente a sua origem aceitando-a ou compromete a autoridade violando-a³³”.

Contudo, Sebastião Ribeiro de Almeida, demonstra muita consciência de que não adianta, neste momento, enfrentar abertamente a República. A população não está disposta a outras aventuras monárquicas após a Revolução de Fevereiro. Ela necessita de paz e prosperidade e isto, por enquanto, encontra-se nas mãos da própria República. Invoca Napoleão como uma forma ideal de glória e genialidade, características que faltariam às atuais forças monárquicas.

Para investigar as forças republicanas, Almeida estabelece um critério simples e objetivo: “Destes há um enxame de espécies. Mencionei as mais organizadas, a saber, os que concebem as instituições democráticas como todo o mundo as compreende e como os Estados Unidos as praticam³⁴”. Neste sentido, para iniciar, vai citar os fourieristas e os comunistas. Os primeiros caracterizam-se pela “bem-aventurança universal” e os segundos, nas duras palavras de Almeida, “querem repartir os bens, desonrar as famílias, renegar Deus e fazer recuar os homens, não ao estado selvagem

32 *Idem.*

33 *Idem.*

34 *Idem.*

mas a vil condição de brutos³⁵.

Assim, os comunistas são os arautos da destruição da ordem e da humanidade e, por isto, não espanta o tom ácido da crítica, que desconhece qualquer qualidade e vê neles um verdadeiro inimigo objetivo: “Por força deste princípio, este bando de aves de prea, de terror e de luto, chamado comunista, é, por agora, o principal instrumento dos republicanos exaltados, cujo chefe e personificação é Ledru-Rollin³⁶.”

4.3 As cartas de 16, 17 e 28 de março e 1º de abril de 1848: a crítica monarquista pela volta da monarquia

A terceira carta de Almeida, publicada em forma de artigo, pelo jornal carioca “Diário do Rio de Janeiro³⁷” traz três relatos com datas diferentes, porém realizados na mesma carta e publicados, conforme nossa fonte de pesquisa, dia 15 de maio, ou seja, antes das cartas anteriores. Portanto, o jornal acaba por inverter a ordem dos relatos apresentando os mais recentes, mas publicando nos dias subsequentes as outras duas cartas na íntegra.

O relato inicial abordou a manifestação da guarda nacional e teve como foco o impacto das medidas do novo governo que buscaram implementar um novo uniforme e a reorganização dos batalhões, mexendo nas posições e localizações anteriores, que levaria à efetiva troca de lugar dos soldados e oficiais e uma certa perda de status que não só não foi aceita como gerou manifestações contrárias.

Conforme Sebastião Ribeiro de Almeida, isto aconteceu graças a uma postura permissiva da própria Guarda Nacional e que, por isso, perdeu os seus direitos e permitiu o início do reinado do terrorismo (Republicano Comunista) contra a razão, o bom senso e a ordem social. Inclusive o autor avalia a medida como positiva ao “conciliar-se melhor com as necessidades do serviço e com os princípios de igualdade, que andam agora na boca de todos³⁸”. Mas ele entendia a desconfiança da guarda nacional, ameaçada em seu status e que até aceitava o novo uniforme, porém, não o deslocamento dos antigos postos de serviço. Repudia, no entanto, a atitude de quem denomina de gentalha, a plebe, que age, de acordo com ele, com parcialidade e vingança. Isto fica nítido na sua ilustração da chegada da manifestação da Guarda Nacional na sede do governo provisório: “Bem o merece ela que, por covarde ou conivente, deixou os andrajosos e esfarra-

35 *Idem.*

36 *Idem.*

37 *Idem.*

38 *Idem.*

pados galgarem o supremo poder!³⁹

Esta manifestação possibilitou a emergência de outra, conforme Almeida, organizada pela plebe que, ao sair pelas ruas de Paris, bradava: “(...) se foram a passear pelas ruas com suas bandeiras e em boa ordem gritando de quando em quando “viva a república!” “à bas les Aristocrates!” ao que ninguém respondia⁴⁰”. A isto, o autor chamava de terrorismo encarnado na violência e no ataque direto à ordem social e cujo principal responsável é o próprio governo a partir de suas divisões de opinião identificadas na carta anterior entre moderados e comunistas.

Diante desta constatação, Almeida, demonstrava não só sua repulsa, mas seu ceticismo pela situação da França que padecerá na mão da plebe comunista: “Eu, desde já, me persuado, com a mais sentida mágoa, que não há salvação nem esperança para esta formosa terra. Os seus mais nobres filhos hão de morrer sem glória nem consolação às mãos nojentas de tão ignóbil ralé, estúpida como brutos, cruel como feras⁴¹”.

O tom cético continuou e se ampliou no segundo relato de 28 de março⁴², quando Sebastião Ribeiro de Almeida abordou o processo de desabamento da monarquia em toda a Europa a partir dos impactos de fevereiro de 1848, cuja frase que ilustra o primeiro parágrafo do relato é emblemática de seu sentimento: “O velho edifício das monarquias de direito divino, minado pelos vícios da própria construção, carcomido pelas injúrias do tempo, desaba e se baqueia com estrepitosa celeridade diante os fervorosos acontecimentos da soberania popular.⁴³”

Temos novamente e de forma coerente, desde a primeira carta, a crítica à monarquia e suas fragilidades já expostas, principalmente, pela ação de Luís Filipe, mas que não encontrará solução pelo tipo de reação que a segue, ou seja, não será a República que resolverá o problema central da Monarquia: a ordem e, conseqüentemente, a prosperidade. Porém, Almeida segue ilustrando o cenário europeu, relatando a instituição de regimes com base na soberania popular nacional e com medidas liberais na Itália, Alemanha, Áustria, Polônia e Irlanda, entre outros, onde se destaca o clamor e a organização popular por mudanças, a afirmação de uma identidade nacional e as aspirações liberais em jogo:

39 *Idem.*

40 *Idem.*

41 *Idem.*

42 Há, nesta notícia um detalhado e apaixonado relato da situação de alguns países, que demandaria um esforço analítico para além dos objetivos do presente trabalho que é perceber a crítica de um monarquista aos acontecimentos em Paris. Uma boa sugestão para outros trabalhos.

43 IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida: Cartas de Paris de 1848*, 2017.

A repentina e inesperada revolução de França fez estremecer os tronos e deu rebate e impulso às justas queixas dos povos. Nas ruas de Viena, como nas de Berlim, correu o sangue alemão vertido por mãos de irmãos, mas o imperador da Áustria e o rei da Prússia, aconselhados pelo aperto das circunstâncias, cederam às súplicas imperiosas de seus súditos e se aprestam a publicar constituições liberais, além de haverem, de pronto, outorgado o armamento da guarda nacional, a liberdade de imprensa, o direito de reunião e outras garantias essenciais, no desfrute das quais somente os povos podem amar com sinceridade os seus soberanos, porque os olham como pais benignos e não como senhores desumanos. (IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida*. *Cartas de Paris de 1848*, 2017).

A crítica central de Almeida a este processo que, como vimos antes, foi denominada de “Primavera dos Povos”, ou até de revolução global, é quanto à subjugação em excesso dos regimes monárquicos, ao qual o autor lamenta veementemente, pedindo ajuda a Deus, na perspectiva de o que considera “males” da França não se espalhem e a consequente necessidade de retomar a ação sincera das instituições que se encarnariam evidentemente na prática monárquica e seriam a base da reconstrução do abalado Império.

O terceiro e último relato, datado de 1º de abril, volta para a análise do governo provisório da França e analisa a situação de déficit econômico da República que tem como impacto direto a paralisação das oficinas (Ateliês Nacionais), a decadência dos negócios e estagnação do comércio, o afugentamento do capital estrangeiro por conta da ameaça à ordem social e que leva o país: “(...) a situação do tesouro público tão seriamente comprometida se agravou sobremaneira e chegou à borda do funesto precipício que a todos faz arrepiar os cabelos e gelar o sangue nas veias – a bancarrota.”⁴⁴

Sebastião Ribeiro de Almeida, ao descrever este processo formulou duas críticas centrais a este cenário. Primeiro, que há uma cada vez maior intensificação de erros por parte do Governo Provisório. Argumenta que quem poderia resolver o problema seria o próprio governo pela posição ditatorial que permitiria medidas radicais com o apoio do conjunto da população, pois percebendo os problemas que assolam o país poderia, portanto: “Decretar medidas financeiras, completas, vigorosas, que todos aceitariam

44 *Idem*.

sem murmurar, pela consciência do perigo comum;(...).”⁴⁵

Mas, o erro central foi o de o governo garantir que haveria solução e que a situação estava tranquila, o que gerou um falso clima de confiança na República, publicando depois medidas contraditórias com tal espírito de solução e que oneravam a população: “Apresentou um quadro sombrio e lutuoso do estado do tesouro, mas afirmou, ao mesmo tempo, confiadamente, que nada se devia recear, graças à espontaneidade e condão da república, e acabou por deixar ver à toda a luz que tinha feito papel de nêscio ou de fanfarrão (...).”⁴⁶

A segunda crítica, na esteira da primeira, sempre indignada, é com o foco das medidas: a plebe, que, como já situada acima, constitui uma ralé praticamente imprestável e que vai drenar os recursos públicos pois leva o governo a gerar empregos inúteis como a contratação para o exército: “a onerosa e inútil criação de 25 mil homens de guarda nacional móbil, composta da escória de Paris e paga a um e meio franco por dia, além do respectivo estado maior e oficialidades.”⁴⁷ Temos, então, um “sorvedouro público” que vai ampliar e tornar derradeira a situação de bancarrota. E, após, Sebastião Ribeiro de Almeida conclui de forma cética de que este governo vai levar a sociedade francesa e europeia e a ordem e os princípios morais cristãos à falência.

A terceira e última consideração crítica que finaliza a missiva é a questão que temos um governo que não cuida do amanhã e realiza uma analogia com os índios, que logicamente não cuida da civilização ou sequer é civilizado e vai realizar medidas totalmente incabíveis em uma situação de bancarrota:

O governo há de ir vivendo, como os índios, do dia de hoje, sem cuidar no de amanhã, há de carregar imposto sobre imposto em tudo que lhe estiver a jeito, há de contrair empréstimos forçados e, enfim, há de acabar por emitir papel moeda, que é o caminho mais curto dos financeiros sem alcance, e que é a perdição do crédito público, sobretudo em circunstâncias tão complicadas.⁴⁸

E aqui se encerram estas cartas de um brasileiro, rio-grandense e alegretense, que busca, como vimos: a) desenvolver uma crítica interna à monarquia do próprio ponto de vista monárquico; b) realizar uma crítica,

45 *Idem.*

46 *Idem.*

47 *Idem.*

48 *Idem.*

também monárquica da composição, medidas e correlação de forças do governo provisório e c) exercer uma crítica da necessidade de volta da monarquia, guardiã da ordem e da moralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram três análises, onde buscou-se apresentar, à guisa de uma breve introdução sobre a importância dos acontecimentos da Revolução Francesa de 1848 e seus impactos no capitalismo moderno, uma na perspectiva histórica geral, a partir de Hobsbawm (1982 e 2009), que procura demonstrar a processualidade da Revolução Francesa desde 1789 até o momento analisado, demonstrando as continuidades e descontinuidades do complexo processo histórico em marcha. Ainda, a partir das elaborações marxianas realizadas contemporaneamente à efervescência do período, trazem à tona elementos sobre a consolidação do sistema capitalista e da classe burguesa que ocorreu no século XIX e uma terceira narrativa realizada durante e perante o processo da revolução que relata através de cartas os primeiros cinquenta e oito dias de fatos e ocorrências que vão desmontando a monarquia clássica e afirmando uma República, na opinião de um alegretense e monarquista que, como vimos, elabora uma ampla crítica à monarquia francesa na perspectiva de sua correção e afirmação como sistema de governo.

O objetivo central não era comparar as narrativas, mas sobrepô-las de forma livre, sem uma comparação direta, porém que possibilite ao leitor e pesquisador a visualização de uma narrativa que permita um quadro mais geral dos acontecimentos: uma que traz a separação efetiva entre burguesia e proletariado e a consolidação do sistema capitalista atual apontado para as transformações ocorridas e numa lógica anticapitalista e a outra narrativa, testemunha ocular dos acontecimentos que os narra com rigor e precisão crítica em uma lógica monarquista, trazendo em seu tom a indignação, o horror e o medo quanto às novas instituições republicanas que ora nascem.

De forma geral, pode-se realizar, à guisa de conclusão, três pequenas reflexões gerais com base no que foi analisado como forma de propor um roteiro de debates sobre 1848:

A primeira reflexão é que a dinâmica histórica, independente de seus resultados objetivos, institui-se em formas de conflitos e lutas antitéticas que vão conforme a correlação de forças produzir tais resultados que, por sua vez, jamais são definitivos. Isto que pode parecer uma obviedade e

já tão refletido teoricamente, volta e meia parece naturalizado e, desta forma, perdemos a possibilidade de aprender com tal dinâmica.

Desse modo, o olhar sobre os acontecimentos de 1848 demonstram em sua pujança o desabrochar e respectivo desenvolvimento de uma configuração de forças e de classes que de forma descontínua lutam, primeiramente juntas e depois entre si, por diferentes concepções de mundo. O ideal de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, servia às classes comerciantes, núcleo da nascente burguesia e às classes populares, por sua vez, protótipo do proletariado moderno. Entretanto, o conteúdo de tais conceitos, genéricos por natureza, matizaram-se a partir do desenvolvimento das forças produtivas que, paulatinamente, como vimos, levam a definição antagônica entre as classes.

Os proletários acreditaram em algum momento que a universalidade funcionaria, mas por divergência de interesses ela se torna impossível e aqui surge o tema que destacamos para posteriores reflexões: será este dilema histórico entre um mundo universal e a afirmação da propriedade privada burguesa uma questão ainda em aberto? Uma ilusão em andamento?

A segunda reflexão, na sequência da anterior, aponta para o fato evidente de que o capitalismo vive à custa da pauperização e precarização constante de milhares de pessoas também! Mas é o centro da atividade humana que inicia como possibilidade na Revolução Comercial do século XV em diante, consolida-se com as Revoluções Francesa e Industrial e se impõe como sistema social dominante.

Tal fenômeno deve-se provavelmente, em linhas gerais, para ficar somente na análise do capitalismo em si e não de suas forças contrárias, na capacidade revolucionária demonstrada por este que não só destruiu o feudalismo e sua monarquia e aristocracia, além dos clérigos, anjos e santos, como quem, até hoje, coloque-se em seu caminho, principalmente, a classe trabalhadora. Isto fica evidenciado no processo de instalação da República em 1848, que ao plasmar-se como a forma de governo vitoriosa pós-monarquia e afirmada pela luta dos proletários, como vimos, sucumbe à hegemonia burguesa que, desde sempre, atrela-se ao poder político e se afirma no processo contraditório, violento e sangrento como a república burguesa.

Está dinâmica demonstra que os pilares constitutivos do capitalismo moderno se atualizam constantemente e, paradoxalmente ao necessitar de uma ordem política e social mínima, descontrola essa ordem ao máximo, pois tenciona a plena potência os polos do fluxo comercial-industrial livre e do mínimo desenvolvimento social. Assim, cada vez que as condições de lucro avançam, perdemos humanidade nas relações sociais, perdemos capacidade de regulação do estado, a não ser pelos seus meios violentos. E

aqui surge o segundo tema para o debate, a saber: a capacidade de controle político do Estado, não obstante as eleições democráticas, não seria mais um dilema para a práxis das classes dominadas, visto que independente das forças que o ocupam, este fica sempre refém da classe dominante?

A última reflexão, completando as demais, fica por conta dos valores que sustentam as motivações inerentes às classes dominantes e que buscam afirmar e justificar a sua dominação e a consequente desigualdade de classes. E novamente, aqui se quer combater a pretensa obviedade de que a dominação ideológica faz parte do processo e todo mundo sabe disto, pois, senão, já teríamos construído potentes ideologias contra dominantes.

Neste sentido, as cartas analisadas nos trazem de forma objetiva um excelente material de análise, onde se verifica nas descrições realizadas a antinomia radical entre a aristocracia, a burguesia e as classes economicamente ativas (banqueiros e donos de floresta, etc.) e as classes populares (proletário, pequenos produtores e comerciantes) denominados de ralé, plebe, que não querem trabalhar, que vivem às custas do Estado, que praticamente não servem para nada e que representam por tudo isto a baderna, a anarquia, o terror expresso em constantes manifestações populares, em hinos e bandeiras.

E neste sentido, o tema que queremos destacar para a reflexão é até que tais valores que justificam a dominação de uma classe capitalista não são, também, internalizados pela classe dominada gerando profundas divisões internas?

As respostas, a estas perguntas, podem gerar muitos mais artigos e não se tem o objetivo de respondê-las aqui, mas ilustrar a partir de sua formulação a gama de debates possíveis com base neste simples e introdutório estudo dos acontecimentos de 1848.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Sérgio Cruz de. *As jornadas revolucionárias de 1848: uma análise comparativa do pensamento político de Karl Marx e Alexis de Tocqueville*. Revista Hydra, vol. 2, n. 3, jun. 2017.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital 1848 - 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- IHGRGS. *Sebastião Ribeiro de Almeida: Cartas de Paris de 1848*, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MENEZES, Marcos Antonio de. A Comuna: mais uma flor de Paris. *Hist. R.*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 137-149, jul/dez. 2011.
- MUSETTI, Felipe Ramos. *Da república social à ditadura bonapartista – a crítica da política em “O 18 de brumário” de Luís Bonaparte*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- VARGAS, Jonas Moreira; FARINATTI, Luís Augusto. *Alargados horizontes: estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c. 1830 – c. 1855)*. Disponível em: < <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2018.